



A EDUCAÇÃO AMBIENTAL COM INTERFACE NA EDUCAÇÃO ESPECIAL: UMA VIVÊNCIA EXPERIMENTAL EM CENTRO ESPECIALIZADO

Uendy Oliveira Feitosa¹
José Vitorino Pinto Feitosa²
Milvio da Silva Ribeiro³

RESUMO

Este estudo visa demonstrar, na prática, os resultados de vivência experimental ocorridos no Centro de Atendimento Educacional Especializado (CAEE) Lourenço Filho no que se refere à inserção da Educação Ambiental (EA) no processo de aprendizagem de estudantes com Deficiência Intelectual (DI). Para tanto, partiu-se do seguinte problema: De que forma a inclusão da EA na proposta curricular do CAEE Lourenço Filho contribui na formação do educando com Deficiência Intelectual (DI)? Assim, a pesquisa tem como objetivo analisar a contribuição da EA na formação do educando com deficiência intelectual. Em função do objeto de pesquisa, optou-se pela abordagem qualitativo-descritiva. Já no que diz respeito à natureza das fontes, esta será documental e bibliográfica devido a EA ser legalmente instituída no país como parte integrante da educação nacional, sendo, portanto, vital discorrer a este respeito. Por fim, será apresentada uma proposta de unidade didática desenvolvida em Centro Especializado na perspectiva da EA com vistas à aprendizagem reflexivo-crítica dos estudantes com deficiência intelectual.

Palavras-chave: Educação ambiental, Educação Especial, Deficiência Intelectual.

INTRODUÇÃO

A Educação Ambiental suscita, na escola como um todo, a reflexão em torno de atitudes individuais tendo em vista que uma das aprendizagens mais significativas e eficientes é o exemplo. Atitudes individuais por parte dos profissionais envolvidos no processo de ensino e aprendizagem podem ser internalizadas pelos estudantes.

¹ Graduada no Curso de **Pedagogia** da Universidade da Amazônia – UNAMA. Mestranda em Educação pela Facultad Interamericana de Ciências Sociales – FICS, uendyfeitosa@gmail.com;

² Graduado pelo Curso de **Pedagogia** da Universidade Vale do Acaraú - UVA, Mestrando em Educação pela Facultad Interamericana de Ciências Sociales – FICS, vitorpest41@gmail.com;

³ Doutor em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia -PPGEO/UFPA, Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Educação da Facultad Interamericana de Ciências Sociales – FICS, milvio.geo@gmail.com;



Silva (2007), nesse contexto, corrobora com tal pensamento ao compreender a educação ambiental como a reflexão em torno das atitudes e conceitos no sentido de remover a então apatia em face dos entraves básicos da humanidade como é a questão ambiental.

Como, então, superar tal apatia humana diante da grande preocupação mundial que é a questão ambiental? Um modo de sanar esse problema seria incluir, de fato, a educação ambiental nas práticas curriculares da educação básica à educação superior de forma transversal mesmo, ou seja, enquanto perpassa todas as disciplinas.

Contudo, a instituição que oferta a educação formal, seja ela pública ou privada, teria de aprender a desenvolver uma práxis pedagógica mais colaborativa superando, por sua vez, um ensino em que as disciplinas não dialoguem entre si.

Importante também discorrer a respeito de como a Política Nacional de Educação Ambiental, Lei n. 9.795 de 27 de abril de 1999, a compreende. Em seu Art. 1º, a educação ambiental é concebida como processos em que valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências são orientados para a estabilidade do meio ambiente assim como o uso comum da população vital à qualidade de vida e sustentabilidade devem ser construídos coletivamente.

Vale ressaltar que a educação ambiental, segundo o Art. 3º da Política Nacional de Educação Ambiental, deve ter seu acesso garantido a todas as pessoas. Por isso se constitui em tema transversal, na educação básica.

Por meio da atividade intencional da EA na educação básica, espera-se formar sujeitos protagonistas de mudanças significativas no contexto socioambiental de que fazem parte. Em vista disso é que a Educação Básica do país possui documentos para norteá-la como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) etc.

Tais documentos indicam a inserção da Educação Ambiental como tema transversal tendo em vista à reflexão de práticas sociais no que tange à relação com a natureza, o revisitar novas práticas e discutir sobre a sustentabilidade.

Para além deste raciocínio, isto é, da constituição da educação ambiental apenas como tema transversal, é que duas professoras lotadas no Centro Educacional Especializado (CAEE) Lourenço Filho construíram um projeto de educação ambiental em formato de Atendimento Educacional Especializado (AEE).

A ideia de incluir a EA como oficina permanente, ofertada no Atendimento Educacional Especializado (AEE) no CAEE Lourenço Filho, surgiu da inquietação das duas professoras com o destino do meio ambiente em sua complexidade bem como a contribuição da EA no processo de ensino e aprendizagem de estudantes com Deficiência Intelectual (DI), demanda da instituição.

A prática das professoras é validada por Silva (2007, p. 117) tendo em vista que a inclusão da educação ambiental nas práticas escolares “pode significar, portanto, a inserção da escola e dos saberes que se processam em seu interior num movimento de análise e reflexão profunda do sentido de estar no mundo, vendo-o como potência e possibilidade”.

O projeto, para tanto, incluiu os estudantes da instituição com Deficiência Intelectual nos níveis moderado e severo. A propósito, o (CAEE) Lourenço Filho, inserido na Fundação Pestalozzi do Pará, está localizado na Avenida Almirante Barroso, n. 3814, no município de Belém do Pará.

Importante mencionar que a oficina permanente em educação ambiental ocorreu do início das aulas ao término do ano letivo de 2017. A instituição possuía 189 alunos com deficiência, matriculados, e 31 professores graduados em curso de Pedagogia ou em curso de outra licenciatura, habilitados para atuarem na educação especial, atendendo, por tanto, à legislação vigente.

A resolução nº4 de 2009, Art. 1º, ao garantir aos estudantes com deficiência ter dupla matrícula, isto é, a primeira na escola regular e a segunda na sala de recursos multifuncional ou em instituição especializada. Valida o trabalho especializado desenvolvido no CAEE Lourenço Filho.

A presente instituição, atualmente, possui como demanda estudantes com Deficiência Intelectual (DI), Síndrome de Down, Deficiência Física (DF) e Transtorno do Espectro Autista (TEA) nos níveis II e III de suporte.

Para melhor incluí-los no projeto educativo da instituição é que a mesma se organizava com oito núcleos: *Esporte e lazer*: futebol de atividades aquáticas; *Cultura, Artes e Educação Sem Barreiras*: artes plásticas, pintura em tecido, música, dança, grupo folclórico, culinária, letramento e alfabetização, sala de leitura, psicomotricidade, psicopedagogia, estimulação, sensorio-cognitiva, apoio à matemática; *Digital e Tecnológico*: letramento digital; *Desenvolvimento sustentável*: jardinagem, ciências, educação ambiental; *Saúde e Bem Estar Social*: Atividades Práticas para a Vida (APV),

Atividades de Vida Autônoma (AVA), enfermagem; *Desenvolvimento Educacional e Social*: brinquedoteca, projeto família em ação, avaliação psicopedagógica; *Suporte Administrativo*: secretaria/direção/coordenação; *Apoio Operacional*: serviços gerais e merenda.

Ao pensar sobre as habilidades a serem desenvolvidas pelos educandos com deficiência, demanda da educação especial e da escola regular se faz necessário recorrer ao Art. 27 da Lei n. 13.146 de 6 de julho de 2015 que ressalta que a deficiência pode ser de natureza física, sensorial, intelectual e sociais. A escola, seja ela especializada ou regular, deve valorizar suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.

Discorrendo em torno da aprendizagem é importante salientar a respeito de sua tríade que, segundo Fonseca (2014), são elas: *cognitiva, executiva e conativa*. Fonseca (2014) as compreende como base para o processo de ensino e aprendizagem. Respectivamente falando, *a primeira* abrange a atenção, percepção, reconhecimento multissensorial, raciocínio, memória, resolução de problemas, expressão de informações e execução.

A segunda refere-se à elaboração e organização de estratégias, execução, controle, avaliação e verificação de respostas adaptativas, flexibilidade e plasticidade comportamental. Já *a terceira* diz respeito à motivação, às emoções, caráter e personalidade da pessoa. Tal função prepara o indivíduo a determinadas situações ou papéis no meio em que vive, interage.

Em suma, uma habilidade transita pela outra, afinal, não há aprendizado sem motivação, sem o sustento da atenção e concentração e menos, sem a aplicabilidade de novos conceitos.

Cabe ao professor, em vista disso, pensar em estratégias que desenvolvam tais habilidades assim como a compreensão de sua prática como ato crítico, por sua vez, político. Instigando, nessa ótica, o educador a reconhecer sua práxis docente como atividade crítica, intencional, por fim, política.

Ponto este também discutido nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental quando percebem a prática educativa da EA como atividade não neutra uma vez que em seu processo envolvem-se valores e visões de mundo, formando, por sua vez, pessoas críticas, cidadãos e sensíveis quanto à sua presença e intervenção no contexto socioambiental.

A leitura da palavramundo do educando, passa a ser problematizada no ambiente de sala de aula, a aprendizagem genuinamente significativa considera as experiências de vida e atuação ativa do discente no contexto histórico-cultural de que faz parte. Ressaltando que a leitura de mundo precede à leitura da palavra, como afirma Freire (2001).

A EA, neste contexto, é vital para o processo de formação do aluno também público-alvo da instituição de atendimento especializado em questão por fomentar a curiosidade, o pensamento e/ou posicionamento crítico dele. Sendo o conhecimento por ele construído.

A oficina pedagógica em EA era ofertada, na instituição, de segundas às sextas-feiras nos turnos matutino e vespertino e apresentava quatro objetivos específicos a serem desenvolvidos no período de um ano, duração do projeto na instituição:

EXPECTATIVAS DE APRENDIZAGEM			
Sensibilizar o educando quanto ao uso, reutilização e preservação de recursos renováveis e não renováveis.	Transformar o lixo urbano em brinquedos, recursos pedagógicos e adornos a serem utilizados em sala de aula e em diferentes eventos da instituição ao longo do ano.	Desenvolver a atenção, concentração, praxia fina, criatividade e pensamento crítico do educando com deficiência intelectual.	Incentivar o trabalho colaborativo com os demais segmentos da instituição. Incluir os familiares dos alunos.

METODOLOGIA

O presente estudo embasou-se na legislação ambiental e de educação especial na perspectiva da educação inclusiva e seguiu os seguintes passos metodológicos: Em primeiro momento criou-se o projeto de educação ambiental a ser desenvolvido na instituição, como atendimento, como oficina pedagógica permanente.

Em seguida, planejou-se ações e metodologias seguindo uma unidade didática tendo em vista o desenvolvimento de habilidades e atitudes coerentes com a proteção e valorização do meio ambiente.

Em terceiro momento, por meio de pesquisas, vídeos de animação com a temática ambiental e atividades a serem impressas e anexadas ao caderno do educando, foram selecionados no sentido de atender às distintas manifestações de aprendizagens, valorizando as especificidades e necessidades do discente com deficiência.

Durante a exibição de vídeos de animação com temática ambiental, os alunos eram questionados e estimulados a expressarem-se verbalmente, pela escrita ou por meio do desenho a respeito do conteúdo trabalhado. Nesse contexto os estudantes eram instigados a propor atitudes com vistas à resolução de problemas no que tange à questão ambiental.

Em quarto momento, os educandos reutilizaram sucata em sala de aula, durante as oficinas sustentáveis em que construíram adornos com rolos vazios de papel higiênico, caixas de leite, CDs, copos vazios de extrato de tomate etc. alusivos às datas comemorativas incluídas no calendário escolar da instituição como a Páscoa, dia do folclore, dia da criança e Natal, por exemplo.

Em quinto momento, confeccionou-se jogos a partir da sucata como o twister: jogo este em que se explora a praxia ampla, o equilíbrio e o raciocínio lógico, reutilizando-se, para tanto, banner em desuso, CDs e papelão.

A caixa musical, outro recurso pedagógico, foi construído com caixa de papelão, e CDs. Tal recurso trazia CDs com imagens de personagens (confeccionados com EVA) de cantigas de roda como formiga, cobra, gato etc. Para que os discentes lembrassem das músicas de infância e as cantassem. Desenvolvendo, portanto, a memória, atenção, concentração e raciocínio lógico.

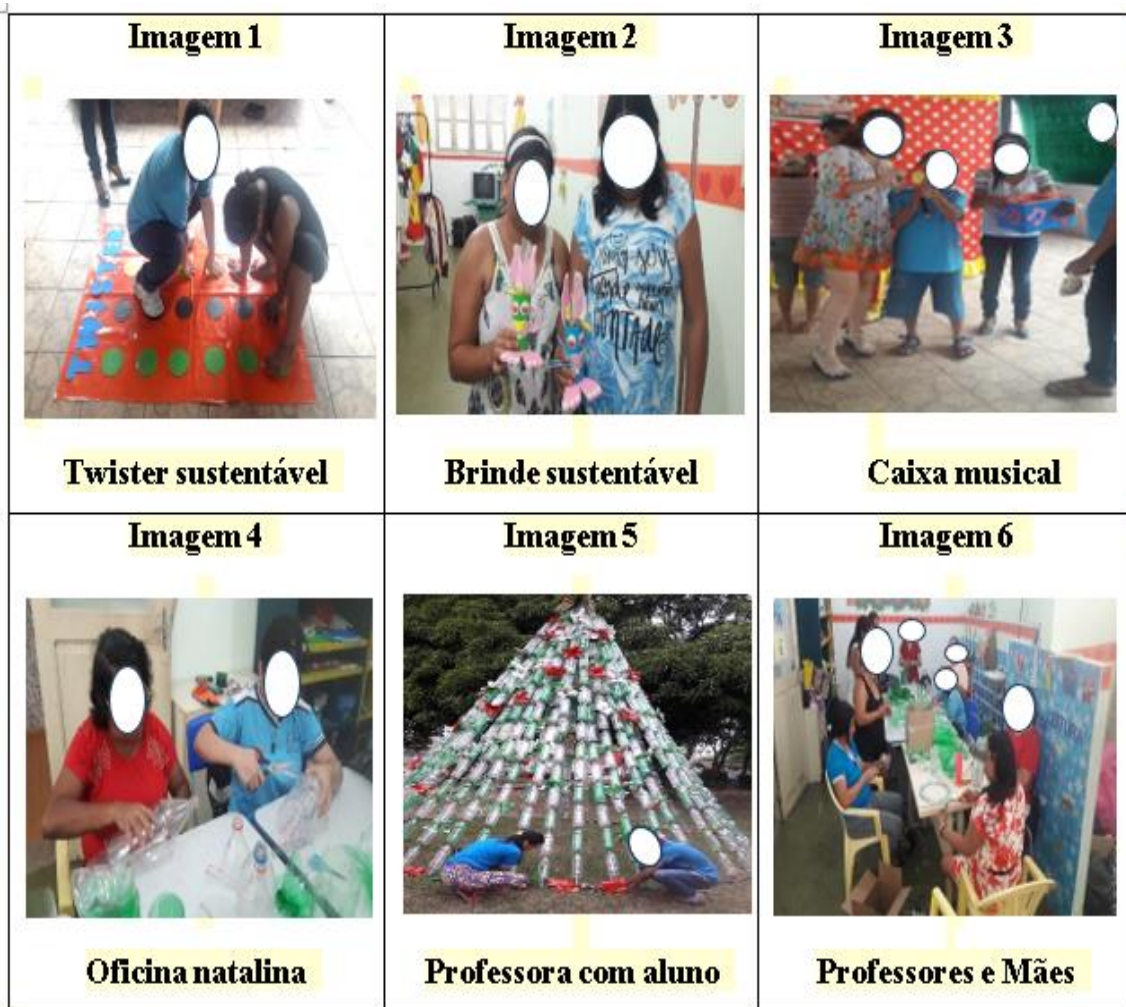
Em sexto momento, o twister sustentável foi utilizado como uma das modalidades da semana dos jogos internos. A caixa musical, foi utilizada em evento alusivo ao dia da criança, que consistia no educando sortear, de dentro da caixa, algum personagem, em seguida, cantava a música correspondente, em caso de acerto, ganhava brinde sustentável, produzido pelos alunos no atendimento de EA.

Em sétimo momento, a caixa musical e o twister sustentável foram doados para o atendimento pedagógico realizado na brinquedoteca. Espaço este com estudantes que apresentam maior prejuízo cognitivo. Contemplando, portanto, outros estudantes e atendimentos.

Em oitavo momento, no intuito de culminar o projeto de educação ambiental, incluíram-se alunos, familiares e profissionais da escola para juntos, ambientarem a mesma para o Natal.

Foi necessário contratar professora profissional para desenvolver a oficina sustentável natalina; a comunidade escolar engajou-se no projeto e doaram garrafas pet que foram reutilizadas completamente, originando flores, guirlandas, maçãs, árvore de natal etc.

Em nono momento, as professoras do atendimento em EA construíram as devolutivas dos educandos para avaliar as habilidades desenvolvidas por meio do projeto. E, no ano seguinte, durante a semana pedagógica, foi exposto, por meio de apresentação em Power Point, os resultados significativos do projeto de Educação Ambiental implementado na escola.



RESULTADOS

O projeto de educação ambiental resultou no envolvimento da comunidade escolar na construção de valores coletivos de reutilização e no melhor destino do lixo. Alunos e

familiares dirigiam-se à sala em que era realizado o atendimento em educação ambiental portando caixas de leite, rolos vazios de papel higiênico e garrafas pet para doação, reduzindo, portanto, o descarte desses recursos.

Os educandos construíram, com motivação, adornos sustentáveis para levarem para casa como brindes. Desenvolvendo habilidades sociais, praxias fina e viso motora. Mostrando significativo aumento da autoestima e da criatividade.

Outro ponto positivo foi a participação ativa dos educandos durante a oficina de construção de adornos natalinos; alunos com maior prejuízo motor, por exemplo, separavam garrafas ou tampas pela cor, outros com maior autonomia recortavam, davam formato de folhas às garrafas pet recortadas, pintavam, montavam a estrutura da árvore em parceria com os professores de arte e de música etc.

Desse modo, desenvolviam os princípios matemáticos de seleção, classificação, comparação e conservação. Os discentes demonstraram maior interesse e motivação em cada etapa da oficina. A colaboração de outros professores foi bastante significativa para que o projeto saísse do papel, sendo, portanto, materializado.

Discentes de outros atendimentos também foram contemplados pelo projeto uma vez que utilizaram recursos pedagógicos e jogos sustentáveis construídos na sala em que era ofertada a oficina pedagógica em educação ambiental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sensibilizar alunos, familiares e profissionais da instituição quanto ao destino do lixo e do meio ambiente e, simultaneamente, desenvolver habilidades cognitivas, executivas e conativas nos educandos, foi o impacto mais positivo que o projeto em educação ambiental desenvolveu na instituição.

Os resultados superaram as expectativas iniciais do projeto. Os educandos eram convidados a resolver problemas, questionar e pensarem em formas alternativas de cuidado e de atenção com o descarte e reutilização do lixo. Mostrando terem desenvolvido o pensamento crítico, sensibilidade no que diz respeito à sua realidade imediata e mudanças atitudinais.

Os familiares dos alunos sentiram-se incluídos na proposta pedagógica do projeto e da instituição como um todo. Mostrando motivação para novas aprendizagens e o desenvolvimento de competências e atitudes desenvolvidas durante a oficina pedagógica sustentável natalina.

A educação ambiental, portanto, deve perpassar sim todas as modalidades de ensino, como prevista em sua política. Sendo que ela desenvolve o educando em toda a sua complexidade, tornando-o crítico e ativo no processo de ensino e de aprendizagem no contexto socioambiental no qual está inserido.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Fátima. Para entender síndrome de down. Rio de Janeiro. 2ed. – Wak Ed, 2011.
BRASIL. Decreto n. 7.611 de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm; acesso em 13 setembro 2019.

BRASIL, 2015, Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2015-2018/2015/Lei/113146.htm; acesso em: 13 setembro 2019. BRASIL. Lei n. 9.795 de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19795.htm; acesso em 13 setembro 2019.

_____. Resolução nº. 4, de 2 de outubro de 2009. Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional especializado na Educação Básica, modalidade Educação especial, Brasília: MEC, 2009.

FONSECA, V. da. Papel das funções cognitivas, conativas e executivas na aprendizagem: Uma abordagem neuropsicopedagógica. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84862014000300002; Acesso em: 10 setembro 2019.

FREIRE, Paulo. A importância do ato de ler: em três artigos que se completam. São Paulo, Cortez, 2001.

HENRIQUES, R.; TRAJBER, R (Orgs.). Educação Ambiental: aprendizes de sustentabilidade Vamos Cuidar do Brasil: conceitos e práticas em educação ambiental na escola. Brasília: MEC/CGEA/ MMA/DEA; UNESCO, 2007. (p. 117-121)